

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 02/06/2015

- [Pais fumantes perdem guarda de filho de 2 anos](#)
- [Unicef será ouvido pela Câmara sobre maioria penal](#)
- [Educação Especial avança no Paraná](#)
- [Rio melhora índices de saúde e Educação](#)
- [Deputados discordam sobre impacto da redução da maioria em índices de violência](#)
- [Eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente divide opiniões em audiência](#)
- [Redução da maioria penal vai diminuir criminalidade de adolescentes, diz ex-deputado](#)
- [Parecer sobre redução da maioria penal será apresentado no dia 10](#)
- [Evento em Maceió debate acolhimento de crianças e adolescentes](#)
- [Campanha #Adoção gera 97 mil interações nas redes sociais do CNJ em maio](#)
- [Violência contra as crianças na Ásia-Pacífico custa 2% do PIB à região](#)
- [Mãe consegue facilitador para filho com deficiência ir à escola no Rio](#)

Assunto: Pais fumantes perdem guarda de filho de 2 anos

Fonte: Portal G1

Data: 02/06/2015



Inspetora disse nunca ter visto uma casa com tanta fumaça em sua vida; menino já apresenta problemas respiratórios.



Inspetora de saúde disse nunca ter visto uma casa tão 'enfumaçada' na vida

Um menino de 2 anos será colocado para adoção na Inglaterra após uma juíza avaliar que a casa onde ele vive com os pais, fumantes, representa uma ameaça ao seu bem estar.

A inspetora de saúde envolvida no caso, Julie Allen, disse à corte da cidade de Hull, no noroeste inglês, que havia tanta fumaça na

residência que ela teve dificuldades para respirar quando estava lá dentro.

Segundo Allen, ela nunca tinha visto uma casa tão "enfumaçada" em sua vida. Ainda foi encontrado muito lixo, entre o qual havia vários maços de cigarros vazios, no chão do local.

O menino tem problemas respiratórios e teve o uso de um inalador prescrito por um médico. Segundo assistentes sociais, suas roupas e brinquedos "fediam" a fumaça.

'Nuvem de fumaça'

A juíza Louise Pemberton decidiu pela adoção após ouvir o relato da inspetora de saúde.

"Ao entrar na sala de estar, Allen disse ter sido possível ver uma nuvem de fumaça em torno do pai e de seu filho", disse a juíza.

"O garoto dormia no sofá e já enfrentava problemas de saúde por algum tempo a esta altura."

Assistentes sociais ainda levaram à corte outras preocupações em relação aos cuidados do menino. A juíza ouviu que o pai do menino tem problemas mentais e havia feito um teste, com resultado positivo, para uso de cocaína.

Na casa "suja, fedida e sem qualquer higiene", foram encontrados itens "normalmente usados" para o consumo de drogas.

"Tudo isso me levou a uma decisão difícil e inevitável, já que os riscos para a saúde do menino são muito grandes", disse a juíza.

"A adoção é a uma opção disponível neste momento."

Assunto: Unicef será ouvido pela Câmara sobre maioria penal

Fonte: Portal Andi

Data: 02/06/2015



A consultora no Brasil do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Karyna Sposato, será ouvida nesta terça-feira, 2, pela comissão especial criada pela Câmara para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/1993) que sugere a redução da idade penal de 18 para 16 anos. A agenda coincide com o anúncio feito neste domingo, 31, pelo o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), informando que a PEC da Maioridade Penal será votada na comissão até 15 de junho. Ele disse, ainda, que irá sugerir ao relator da proposta a realização de um referendo sobre o tema em 2016. "Tenho absoluta convicção que a maioria da população é favorável", afirmou Cunha. Em março deste ano, o Unicef já se posicionou contra a redução da maioria penal. O organismo internacional afirma que a iniciativa se choca com a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em artigo publicado em março deste ano, quando a redução foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl, criticou a mudança na idade penal. Segundo ele, a decisão esconde os problemas sociais do País. "Mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. Se as condições atuais prevaleceram, outros 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídio entre 2013 e 2019", disse. Stahl argumentou que "as vítimas têm cor, classe social e endereço", em referência à origem pobre da maioria dos jovens assassinados. "Em sua grande maioria, são meninos negros, pobres, que vivem nas periferias das grandes cidades", disse. "Estamos diante de um grave problema social que, se tratado exclusivamente como caso de polícia, poderá agravar a situação de violência no País", considerou. O representante do Unicef disse que o órgão "é contra qualquer forma de violência, incluindo a praticada por adolescentes" e que "o sistema atual de medidas socioeducativas precisa ser aperfeiçoado para responder aos atuais desafios do País". Ele defendeu melhorias no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para "garantir a responsabilização dos adolescentes autores de ato infracional e, ao mesmo tempo, a sua integração na sociedade".

Assunto: Educação Especial avança no Paraná
Fonte: Portal Andi
Data: 02/06/2015



Mesmo que de forma lenta, a Educação inclusiva para surdos, um direito garantido na Constituição Federal pela lei 7.853 de 1989, tem avançado ao longo dos últimos anos no Paraná. Segundo dados do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), vinculado Secretaria de Educação, o Paraná conta hoje com 981 crianças surdas frequentando as classes comuns do Ensino regular (contando a rede estadual e a educação de jovens e adultos), um crescimento de 171% em oito anos. Isso prova que crianças e adolescentes com necessidades especiais têm conquistado seus direitos, embora a falta de preparo dos Professores e a dificuldade que o Estado encontra na hora de contratar intérpretes ainda dificultem a inclusão plena. A política de inclusão das crianças com deficiências em Escolas de Ensino regular tem evoluído ao longo da última década em todo o Brasil, especialmente a partir de 2008, com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação (MEC). Naquele ano, dos 66.511 Alunos matriculados, 40.389 (60,7%) estavam em Escolas regulares, enquanto 26.122 (39,3%) frequentavam Escolas especiais. Em 2010, o número total de matriculados já havia crescido 6%, chegando a 70.823, com 52.500 (74,1%) surdos em Escolas regulares e 18.323 (25,9%) em Escolas especiais. Segundo Educadores do mundo todo, a inclusão só existe, de fato, quando há a mistura, a convivência entre ouvintes e surdos (ou portadores de outras deficiências) no mesmo ambiente. “Educação inclusiva é dar acessibilidade na Educação para um Aluno que tem deficiência. No caso do surdo, vai ter o acesso ao currículo, ao conteúdo formal, na língua materna dele, que é a Libras”, explica Fabiana Ceschin Ribas, da área de surdez do DEEIN. Segundo ela, a Educação inclusiva deve enfatizar a diversidade mais que a semelhança, assumindo que a vivência e a aprendizagem em grupos é a melhor forma de beneficiar a todos. “No final das contas, quem ganha mais são os ouvintes, porque a gente aprende com a diferença do outro. As vezes achamos que temos algum limite, mas quando conhecemos o sujeito que tem uma deficiência sensorial e consegue dar conta, consegue vencer, o ouvinte acaba tendo um ganho. É como se fosse uma inspiração”, aponta Fabiana. No Paraná, existem 250 instituições inclusivas que atendem surdos, espalhadas por 140 dos 399 municípios do estado. Uma das referências é o Instituto de Educação Erasmo Pilotto, localizado na região central de Curitiba.

Assunto: Rio melhora índices de saúde e Educação

Fonte: Portal Andi

Data: 02/06/2015



Mais crianças na Escola - com menor índice de reprovação - e sofrendo cada vez menos agressões físicas dentro e fora do ambiente familiar. Um levantamento realizado pelo Rio Como Vamos (RCV) mostra que as políticas públicas para crianças e adolescentes no Rio têm alcançado estatísticas cada vez mais animadoras. Porém, para garantir a essa faixa da população pleno acesso à saúde e à Educação no município, ainda existem inúmeros desafios. A pesquisa do RCV, elaborada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Secretaria municipal de Saúde (SMS), apresenta os avanços conquistados nas duas áreas entre os anos de 2006 e 2013, norteando os caminhos para melhorar ainda mais o atual cenário. Segundo a presidente do movimento, Rosiska Darcy, o Rio Como Vamos acompanha as políticas para avaliar quais foram eficazes e quais precisam ser aperfeiçoadas. “O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado para formular políticas públicas, foram dois importantes passos para conquistarmos esses avanços”, diz Rosiska. Embora o acesso ao pré-natal, condição essencial para o bem-estar da mãe e do bebê, tenha alcançado uma melhora significativa no período, a mortalidade infantil, referência para a definição de políticas públicas pela SMS, continua sendo um desafio a ser enfrentado no município. Em 2006, o número de nascidos vivos cujas mães fizeram menos do que sete consultas durante a gravidez foi de 25.465. Em 2013, esse número diminuiu para 21.368, uma queda de 16%.

Mortalidade infantil caiu 2%

Embora, no entanto, o acompanhamento da gestação tenha melhorado entre 2006 e 2013, a mortalidade infantil diminuiu somente 2% - de 1.128 para 1.108 crianças. - Parece uma redução tímida, mas de 2013 para 2014, por exemplo, foram cem óbitos a menos. E nasceram duas mil crianças a mais. É um número significativo, resultado de uma série de ações intersetoriais e da ampliação da atenção primária no município. “Os dados mostram que estamos no caminho certo”, avalia o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz. O investimento na saúde da criança começa no pré-natal, com programas como o Cegonha Carioca, que garante cuidados para mãe e bebê até o parto. Após o nascimento, temos desde programas de prevenção na atenção primária até ações intersetoriais como o Programa Saúde nas Escolas.

Assunto: Deputados discordam sobre impacto da redução da maioria em índices de violência

Fonte: Agência Câmara

Data: 02/06/2015



A eficácia da redução da maioria penal como medida para reduzir a violência no Brasil causou divergências na audiência pública da comissão especial que analisa a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93), que ocorre nesta terça-feira (2).

A deputada Erika Kokay (PT-DF) destacou que a reincidência do sistema prisional é de 75%. Para ela, o adolescente deve ter a oportunidade de se recuperar e isso não vai ocorrer no sistema carcerário. “Reduzir a maioria penal não significa maior segurança para a nossa sociedade”, disse.

Ela acrescentou que apenas 1% dos homicídios no País são de responsabilidade dos adolescentes e defendeu que os gestores públicos sejam responsabilizados pela não implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes.

O deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG) afirmou que a violência não vai diminuir, se a maioria penal for reduzida. “Em nenhum lugar do mundo, isso ocorreu”, salientou.

Reincidência entre adolescentes

Já o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) afirmou que os adolescentes que cometem crimes têm 54% de reincidência. Para ele, os adolescentes praticam crimes com a certeza da impunidade. Além disso, ele disse que os homicídios foram reduzidos na Colômbia após a redução da maioria penal. Na visão do deputado, a discussão não é açodada, já que o assunto é discutido há mais de 20 anos pelo Congresso. “A sociedade não aceita mais a gente protelar o assunto”, opinou.

Para o ex-deputado Benedito Domingos, autor da PEC 171/93, se mais de 90% da população apoia a redução da maioria penal, isso deve ser seguido pelo Congresso.

Assunto: Eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente divide opiniões em audiência

Fonte: Agência Câmara

Data: 02/06/2015



A eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) para a punição de crimes cometidos por adolescentes dividiu opiniões em audiência pública na comissão especial que analisa a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93).

O relator da comissão especial, deputado Laerte Bessa (PR-DF), afirmou que o ECA não funciona. “Não conheço nenhum delinquente adolescente que tenha cumprido a pena de três anos estipulada pelo ECA”, salientou. “De quem é a culpa de o sistema ser fracassado no País?”, questionou.

“A culpa se deve à falta de implementação do ECA e à falta de integração entre os órgãos [do Judiciário e do Executivo] prevista na lei”, respondeu a advogada especialista na área de violência e consultora independente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Karyna Sposato. Ela voltou a destacar que o estatuto já estabelece a responsabilidade penal dos adolescentes entre 12 e 18 anos, com previsão de medidas socioeducativas para o infrator. Porém, na visão dela, o estatuto pode ser melhorado.

Polêmica

O ex-deputado Benedito Domingos, autor da PEC 171/93, disse que a impunidade dos menores tem estimulado os crimes. “Esse menor não é infrator, é criminoso”, opinou. Ele voltou a defender a prisão de adolescentes praticantes de crimes, mas em “galpões isolados”, separados de criminosos maiores de 18 anos. Segundo ele, isso poderá ser instituído por lei complementar.

“O ECA não pune, incentiva o adolescente a praticar crime”, opinou o Delegado Éder Mauro (PSD-PA). O deputado Aloisio Mendes (PSDC-MA) também concorda que o ECA deve ser reformado. Para ele, o estatuto já não atinge os objetivos propostos. Ele acredita que, se o adolescente entre 16 e 18 anos pode votar, também tem consciência dos seus crimes.

Já o deputado Weverton Rocha (PDT-MA) defendeu a implementação efetiva das medidas socioeducativas previstas no ECA. “A nossa população carcerária só aumenta e isso não resolve nada. A gente não resolve os problemas só aprovando leis, mas fazendo cumpri-las”, opinou. Ele defendeu ainda a implementação dos dispositivos legais que preveem que todas as crianças têm direito à educação de qualidade.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirmou que os adolescentes não são os principais autores dos crimes contra a vida. De acordo com ela, é preciso dar um passo adiante no combate à violência, mas esse passo deve ser a instituição de medidas preventivas. Para isso, na sua visão, não é necessária a reforma da Constituição, e sim mudanças infralegais.

Assunto: Redução da maioria penal vai diminuir criminalidade de adolescentes, diz ex-deputado

Fonte: Agência Câmara

Data: 02/06/2015



O ex-deputado federal Benedito Domingos, autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [171/93](#), que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, afirmou que, se a redução da maioria for aprovada pelo Congresso Nacional, o número de crimes praticados por adolescentes vai diminuir. “Quando ele souber que não tem a proteção legal, constitucional, não vai praticar tantos crimes”, disse, em audiência pública na comissão especial que analisa a proposta.

“Tem menor com cinco, seis homicídios praticados, que, se tivesse sido detido no primeiro crime, não teria praticado outros”, acrescentou. Segundo ele, “hoje a polícia tem receio de abordar o menor que pratica crimes, que tem desrespeitado os policiais”. Para o autor da PEC, se a redução da maioria for aprovada, o jovem vai refletir antes de praticar os crimes. “A responsabilidade não começa só depois dos 18”, acrescentou.

Na visão do ex-deputado, os defensores dos direitos dos menores não estão preocupados com as vítimas dos crimes. O ex-deputado defendeu ainda que lei complementar estabeleça que os menores de 18 anos sejam colocados em presídios diferentes dos autores de crimes maiores de 18 anos.

Domingos também criticou o governo, por não promover a educação das crianças e adolescentes, o estudo profissionalizante e o trabalho do menor aprendiz. “É hora de parar com discursos demagógicos e trabalhar para que o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] funcione”, opinou.

Assunto: Parecer sobre redução da maioria penal será apresentado no dia 10

Fonte: Agência Câmara

Data: 02/06/2015



O relator da comissão especial que analisa a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93), deputado Laerte Bessa (PR-DF), afirmou há pouco que vai apresentar seu parecer no próximo dia 10. A ideia dele é que a proposta seja votada até o dia 17. As declarações foram dadas antes do início da última audiência pública da comissão.

Bessa disse que o teor do relatório deverá ser decidido em conjunto com a comissão, mas adiantou que sua posição deve ser favorável à redução da maioria. “Uma coisa é certa: alguma coisa vai ser feita e em acordo com o povo brasileiro, que está clamando pela redução da maioria”, disse.

Segundo o relator, já transcorreram 22 sessões – duas além das 20 sessões regimentais –, e, por isso, as outras audiências públicas previstas, inclusive em outros estados, serão prejudicadas. O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) afirmou que o tempo da comissão foi “atropelado” após as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que no último fim de semana anunciou que pretende colocar a proposta em votação no Plenário até o final de junho.

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) pediu que o prazo da comissão seja estendido para 40 sessões, para que um número maior de audiências seja cumprido e para que “a comissão não seja atropelada”. Questionado por Braga, o 1º vice-presidente da comissão especial, deputado Efraim Filho (DEM-PB), informou que, dos 63 requerimentos de audiência pública aprovados na comissão, apenas 12 foram atendidos. O relator rejeitou a proposta, afirmando que tem a preocupação de que a Câmara vote a proposta antes do recesso parlamentar de julho.

Ao iniciar a reunião, Efraim Filho leu notas contrárias à redução da maioria penal do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Conselho Nacional de Assistência Social, do Conselho Nacional de Educação, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na audiência desta manhã, a comissão ouviu o ex-deputado Benedito Domingos, autor da PEC 171/93, e a advogada especialista na área de violência Karyna Sposato, que é também consultora independente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Estava prevista a participação do secretário de Defesa Social de Minas Gerais e presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conseps), Bernardo Santana de Vasconcellos, mas ele não compareceu.

Assunto: Evento em Maceió debate acolhimento de crianças e adolescentes

Fonte: CNJ

Data: 02/06/2015



O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de Alagoas, Carlos Cavalcanti, que preside a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) e integra a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), chamou a atenção da sociedade, durante o 5º Encontro Estadual de Adoção, realizado na semana passada (25/5), no auditório da Escola Superior da Magistratura (Esmal), para o fato de crianças e adolescentes estarem sendo privados de seus direitos ao ficarem por muito tempo nas casas de acolhimento.



De acordo com o magistrado, no Brasil há 36 mil crianças e adolescentes em entidades de acolhimento, sendo que dessas pouco mais de cinco mil estão aptas para adoção. “O direito de ter uma família está sendo tirado dessas crianças e adolescentes, diante dos entraves para a reinserção familiar e habilitação para adoção”, afirma. Segundo ele, esses menores não poderiam passar mais de dois anos nas entidades de acolhimento, visto que 76% já têm mais de 10 anos, o que reduz as chances de ganharem um novo lar. Outro dado apontado é que 56% são do sexo masculino e 66% são negros. “Infelizmente, o oposto do perfil procurado”, explicou o magistrado.

O evento, realizado em comemoração ao Dia Nacional da Adoção, contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça Alagoas, desembargador Washington Luís, do corregedor-geral da Justiça, desembargador Klever Rêgo Loureiro, da secretária de estado da mulher e dos direitos humanos, Roseane Freitas e ainda, com o diretor da Esmal, desembargador James Magalhães, a secretária de Assistência Social de Maceió, Celianny Rocha, a defensora pública Manuela de Carvalho e Matheus Alencar, representante de Alagoas na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O corregedor Klever Rêgo Loureiro ressaltou o apoio da Presidência do TJ-AL para estruturar as equipes técnicas que vão atuar junto as Varas da Infância da Capital e Interior do Estado, dinamizando os processos de adoção. "

Institucionalizados - Carlos Cavalcanti, que ministrou a palestra "Construção de uma cultura de adoção pautada na centralidade dos interesses de crianças e adolescentes: Uma análise

interdisciplinar", ressaltou que as equipes técnicas devem acompanhar os casos de reinserção e destituição familiar e também as adoções nas Comarcas do Estado, visto a grande quantidade de crianças e adolescentes institucionalizados. "É por meio desse monitoramento que os magistrados terão informações detalhadas sobre cada situação. Não podemos submeter a criança a uma busca desesperada pela estruturação familiar. Por isso, acredito que a cada seis meses deve haver uma avaliação sobre a viabilidade do retorno à família. Essa definição não deve demorar mais de um ano", disse.

Roseane Freitas ministrou a palestra "Adoção de crianças e adolescentes especiais" e o médico-pediatra Claudio Soriano falou sobre as conquistas ao longo dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A mesa redonda sobre "As diretrizes do Conselho Nacional de Justiça sobre a adoção de crianças e adolescentes" teve a participação dos palestrantes e ainda, do juiz da 1ª Vara Criminal da Capital - Infância e Juventude - Ney Alcântara e da defensora pública, Manuela de Carvalho.

Ney Alcântara reafirmou a necessidade do preenchimento correto do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que foi simplificado pelo Conselho Nacional de Justiça. "Em Alagoas é preciso haver uma capacitação para técnicos e servidores, para impulsionar os processos de adoção e evitar adoções irregulares, já que o novo CNA permite o cruzamento de dados entre os pretendentes e as crianças de todo o Brasil", informou.

Para Manuela de Carvalho os processos de destituição familiar não devem emperrar por conta de visitas esporádicas realizadas por parentes das crianças que estão institucionalizadas. "A assistência social tem que fazer uma análise acerca da situação daquela família, pois muitos pais e mães vivem nas ruas, sem condições de cuidar dos filhos. Devemos cobrar do Estado o cumprimento do ECA também nesse sentido", afirmou.

Assunto: Campanha #Adoção gera 97 mil interações nas redes sociais do CNJ em maio

Fonte: CNJ

Data: 02/06/2015



Os resultados da campanha #Adoção, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante todo o mês de maio nos seus canais do Facebook, Twitter e Instagram, mostram que compartilhar amor é instigante. Com o slogan “Adoção é um ato de amor: não tem idade, sexo, nem cor”, a iniciativa chamou pessoas que optaram pela adoção para compor ou ampliar a família a contarem suas histórias por meio de fotos e breves relatos. Ao todo, foram 97 mil interações.

O envolvimento do público foi positivo. Ao todo, foram mais de 160 fotos recebidas. No Facebook, foram 44 publicações do CNJ que, juntas, alcançaram mais de 8,6 milhões de pessoas após serem compartilhadas 64,6 mil vezes. No Instagram, o pedido foi para que as pessoas marcassem o @CNJ_oficial ou usassem as hashtags da campanha (#MãeDoCoração, #PaiDoCoração, #FilhoDoCoração e #FamíliaDoCoração) ao postarem suas fotos. Cada foto marcada foi repostada no canal do CNJ. Foram 12 mil interações entre curtidas e comentários nas republicações.

No Twitter, foram 21 tweets com fotos e relatos, que alcançaram mais de 762 mil pessoas com as hashtags da campanha, que promoveu, também, o novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), apresentado pela Corregedoria Nacional de Justiça em 12/5. Além disso, a campanha também deu visibilidade aos diferentes tipos de arranjos familiares, já que participaram famílias formadas por casais homoafetivos, solteiros, com diferente cor de pele ou que realizaram adoção unilateral (quando a pessoa é adotada por padrasto ou madrastra).

A ação também comemorou o Dia Nacional da Adoção, em 25 de maio, criado pela Lei 10.447/2002.

Cadastro Nacional - O CNA foi criado em 2008 e é uma ferramenta de facilitação da atuação dos juízes das varas de infância e juventude nos processos de adoção. Desde sua criação, a ferramenta já registrou 3.931 adoções (um registro não é equivalente apenas a uma criança, mas sim à adoção, que pode ser de uma ou mais crianças).

Assunto: Violência contra as crianças na Ásia-Pacífico custa 2% do PIB à região

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 02/06/2015

jornal do  commercio

Entre 14% e 37% dos meninos e meninas da região enfrentam algum tipo de violência.



Violência contra as crianças afeta capacidade escolar, saúde mental e consequências futuras

Os maus-tratos às crianças na Ásia-Pacífico custa o equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, segundo uma pesquisa do Unicef, que pretende estimular os governos a adotar novas medidas.

"Esta é a primeira pesquisa deste tipo na região e é importante. Demonstra que ficar parado ante a violência tem um autêntico custo econômico", disse à AFP Marta Santos Pais, representante especial do secretário-geral da ONU para os temas de violência contra as crianças.

Segundo o estudo publicado nesta terça-feira em Bangcoc, o custo para a região é de 209 bilhões de dólares por ano quando se leva em consideração a violência psicológica (65,9 bilhões), física (39,6), sexual (39,9), a negligência (32) e a exposição à violência dos pais (31 bilhões).

Segundo o estudo, entre 14% e 37% dos meninos e meninas da região enfrentam algum tipo de violência. O Unicef destaca que a violência contra as crianças afeta sua capacidade escolar, sua saúde mental e os resultados no trabalho quando são adultos.

Assunto: Mãe consegue facilitador para filho com deficiência ir à escola no Rio

Fonte: Diário de PE

Data: 02/06/2015



Após um abaixo-assinado virtual, na internet, e de ter o caso divulgado pela mídia, a mãe que denunciou a cobrança de pagamento de um facilitador para matricular o filho com deficiência na escola pública conseguiu ter seus direitos garantidos.

A tecnóloga em radiologia médica Sheila Velloso tentava desde o começo do ano colocar o filho Pedro, de 8 anos, na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, mas a Escola Pedro Ernesto, na Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul da cidade, onde ele foi matriculado, informou que não seria possível deixar o menino acompanhar as aulas por falta de um mediador. Pedro tem a Síndrome de Cornélio de Lange, uma doença neurológica rara, e precisa de acompanhamento constante.

Na seta-feira (29), Sheila foi recebida pela secretária Municipal de Educação, Helena Bomeny, que prometeu colocar um profissional para acompanhar o garoto.. “Ela me recebeu superbem, me tratou bem, falou: ‘Não se preocupa, segunda-feira (1º) você pode levar ele que a gente vai disponibilizar uma pessoa’”. Hoje, no primeiro dia de aula, Pedrinho teve o acompanhamento de um profissional designado pelo Instituto Helena Antipoff (IHA), centro de referência em educação especial da rede municipal.

“O Pedrinho ficou três horas na sala, ele ficou uma hora sentado na carteira, eu não acreditei. Foi muito gratificante. Foi por isso que eu briguei e botei a boca no trombone, porque eu sei que existe esse trabalho legal dentro das escolas”, disse Sheila.

A mãe explicou que a diretora do colégio a recebeu hoje e adaptou as atividades de Pedrinho na escola. “A diretora mexeu na grade dele. Na hora do inglês, ele vai para música. Eu pedi desculpas para a diretora porque o caso repercutiu mal, mas eu sei que não estava ao alcance dela. Não precisava eu ir para a mídia para conseguir isso, que é um direito dele. Eu acredito no trabalho, eu gostei do que eu vi na escola hoje”, disse.

Sheila destacou ainda a felicidade do filho após o primeiro dia de aula. “Ele está tão feliz porque saiu de casa. O comportamento em casa foi outro, voltou mais ativo, não voltou aquela criança quietinha, ele ficou muito feliz”, ressaltou. “Para você ver a importância dele estar numa escolinha trocando essa experiência. Os amiguinhos fizeram trabalhinho, fizeram desenho escrito bem-vindo Pedrinho. Eu não queria que isso fosse só para o Pedrinho, mas para o Davi, o João, todas as crianças que tem essa necessidade”, acrescentou.

A fundadora da organização não governamental Escola de Gente, Cláudia Werneck, destacou que a pedagogia atual indica que crianças com deficiência frequentem as aulas regulares, o que é garantido por lei. “Existem leis que garantem que toda escola pública seja inclusiva. O Decreto 186/08, decreto da convenção sobre pessoas com deficiência da [Organização das Nações Unidas] ONU, uma lei de 1989, que diz que é crime uma instituição rejeitar uma criança com deficiência”.